



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONTAGIANDO TODOS: MÍDIAS NA SALA DO PROFESSOR

CLEUNICE MARCIA DA SILVEIRA

**BELO HORIZONTE
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CONTAGIANDO TODOS: MÍDIAS NA SALA DO PROFESSOR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

RESUMO

Vivemos um momento na história sociocultural que afeta e modifica nossas rotinas, nossos modos de trabalhar e de aprender, além de introduzir novas necessidades e desafios relacionados à utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC, os computadores estão presentes em todos os lugares e, provenientes de sua presença, as necessidades de comunicação, interação e informação advindas com a Internet, provocando transformações cada vez mais visíveis em nossas vidas.

Diante da necessidade de reduzir as barreiras que muitos professores da rede municipal de educação de São João del Rei vêm diante uso das novas tecnologias no dia a dia diagnosticado no Projeto Político Pedagógico, este trabalho pretende discutir possíveis formas de ampliar a aprendizagem sobre mídias e tecnologias, manejo do computador e de alguns programas do sistema operacional, além de criar reflexões junto aos docentes sobre como explorar as TIC's no cotidiano e na prática pedagógica, incorporando-as, sempre que possível, à própria filosofia de trabalho da escola.

Palavras-chaves: Tecnologias de Informação e Comunicação, formação continuada, mídia, educação.

SUMÁRIO

Introdução	04
Revisão de Literatura	09
Metodologia.....	15
Resultados e Discussões.....	20
Considerações Finais e Recomendações.....	26
Referências.....	29
ANEXOS	31
Ficha diagnóstica	32
Ficha de Avaliação dos Encontros	
Projeto Político Pedagógico	34

INTRODUÇÃO

Se fosse possível trazer para os nossos dias alguém que tenha atuado como médico a cinquenta anos atrás para um de nossos hospitais, é bastante provável que ele teria grande dificuldade para exercer sua profissão. Os equipamentos de sua época já não existiriam, a energia elétrica talvez fosse artigo de luxo mesmo em hospitais, e a parafernália tecnológica existente talvez até o assustasse. Se trouxéssemos um motorista de caminhão da mesma época para os nossos dias, ele se surpreenderia com os painéis dos veículos atuais, e mais ainda com a comodidade na realização de muitas das tarefas que fazia com os caminhões com os quais trabalhou. Um trabalhador rural da mesma época, quando muito teria ferramentas que fariam seu trabalho ser semelhante ao de nossos ancestrais de algum período pré-histórico, tendo como utensílios enxadas e veículos rústicos movidos pela tração animal.

Desnecessário mencionar que a evolução tecnológica chegou, também, ao homem do campo, facilitando seu trabalho e aumentando os níveis de produção. Onde pretendemos chegar com esta viagem ao tempo? Imaginemos que, agora, traremos um professor da década de 50 para as salas de aula de nossas escolas. Exceção feita ao linguajar dos alunos, seus trajes, a proliferação dos telefones celulares e até mesmo ao respeito pela figura do professor, o mesmo se depararia com um cenário em que pouquíssimas mudanças significativas, do ponto de vista de sua atuação profissional seriam sentidas. O quadro negro continua no mesmo lugar. Os cartazes com letras e algumas operações matemáticas simples ou os mapas geográficos, se não tivessem sido desgastados pelo tempo, poderiam ser trazidos de cinquenta anos atrás para nossa sala de aula, a despeito do fato de, talvez, não serem tão bonitos ou dinâmicos quanto os dos dias atuais.

Pode-se concluir, então, logo na introdução desse trabalho, o óbvio: muito pouco ou nada mudou no cenário de atuação docente ao longo das últimas décadas, mesmo com toda a inovação tecnológica e midiática que aconteceram nos últimos anos. Desta maneira, como definido por Paulo Freire,

continuamos exercendo nas nossas salas de aula a chamada educação bancária, “em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.” (FREIRE, 1987, p. 17). Ou seja, um modelo de educação onde os alunos são meros depositários das informações fornecidas pelo professor.

Numa época em que em que a convivência com os recursos oferecidos pelas ferramentas de tecnologia e mídia é inevitável, em decorrência do fascínio que são capazes de exercer sobre as pessoas, principalmente crianças e adolescentes, a discussão sobre a difusão das mídias e do seu potencial enquanto ferramentas de difusão do conhecimento torna-se imprescindível.

Mas é imperativo, antes disso, entender *o que é tecnologia e o que é mídia*, até mesmo para ter ciência de que, mesmo de maneira inconsciente, utilizamos recursos de tecnologia em nossa prática docente, restando saber se os utilizamos da maneira mais eficiente possível. Quando mencionamos o termo tecnologia, somos impelidos às imagens de computadores, televisores, Internet, *softwares*, aparelhos eletrônicos de uma maneira geral. De fato, estes são alguns dos recursos tecnológicos de maior visibilidade, até por terem se tornado ao longo dos anos objetos de desejo de consumo pela maioria das pessoas. Porém, no ramo da Educação, o conceito de tecnologia é mais abrangente, sendo definido, pelo menos em linhas gerais, como “os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam.” (LEVY, 1994, p. 15).

Assim, a organização da sala de aula em grupos ou outros espaços pode ser vista como uma tecnologia. O giz é um importante aparato tecnológico de comunicação, organizando no apoio da linguagem escrita. Os gestos e expressões, o próprio tom de voz, é um recurso de tecnologia que o nosso próprio corpo oferece para facilitar a comunicação durante nosso trabalho. Mídia, por sua vez, é um termo definido no ramo da Comunicação, e entendido como o conjunto de canais e ferramentas utilizados para armazenamento e transmissão da informação.

O surgimento e a propagação de novas ferramentas de mídia, como computadores e softwares educacionais, além da própria Internet, bem como de mídias já existentes, como a mídia impressa e a TV, parecem ter contribuído

pouco para a evolução do quadro educacional brasileiro, e no presente trabalho, longe de tentar extinguir o problema ou exaurir a discussão, pretendemos lançar luz sobre questões que talvez sejam antecedentes à própria existência de recursos de mídia enquanto ferramentas didáticas. Pretende-se debruçar sobre a compreensão do processo de capacitação dos professores para a utilização de tais tecnologias, em especial o computador, bem como da adequação de tais recursos para as nossas salas de aula.

Para tanto, precisamos considerar um elemento importante nesse processo: o próprio processo de formação do professor, que, não só na sua educação básica, mas também na sua educação superior, em sua quase totalidade, foi educado e preparado para exercer sua atividade nos moldes da educação bancária Citada por de Paulo Freire (1997). Assim, a formação e a capacitação dos profissionais da educação está em destaque na proposta desta pesquisa, com ênfase na formação continuada dos educadores, estando atrelada ao processo de auto formação, em que elementos norteadores sejam a criatividade, criticidade, e a autonomia pessoal e profissional, levando ao educador, a trilhar seu próprio caminho frente às novas TICs.

Um curso de capacitação em informática, dessa forma, não pode confundir-se com um mero treinamento. Ele precisa ser entendido dentro de um projeto político pedagógico que pense a escola de forma mais ampla local e globalmente. Sem uma adequada capacitação de todos os envolvidos no processo educativo, todo o esforço na área da informática em educação torna-se inocente. Ainda que haja o reconhecimento da necessidade do uso do computador e de softwares como ferramentas educacionais, estes instrumentos são pouco familiares à maioria dos professores da Rede Pública São Joanense. Isso revela a importância e a necessidade de um amplo programa de capacitação dos educadores em informática. Em outras palavras: parece necessário que os recursos computacionais sejam incorporados às rotinas e práticas do professor.

A proposta empreendida neste trabalho – *Contagiando Todos: Mídias na sala do professor* – foi pensada no sentido de se tornar um suporte adicional para alguns professores da rede municipal de educação de São João del Rei. Assim, vislumbra-se contribuir para a ampliação do uso da tecnologia de computadores, identificando inicialmente as dificuldades apresentadas pelos

professores no uso de computadores e a própria Internet, e a partir da solução para tais dificuldades, construir, com os docentes, condições para que possam explorar o potencial que as mídias podem ter em sua ação pedagógica. Portanto, pretende-se incorporar o uso de mídias no próprio projeto político e pedagógico da escola, a partir do momento em que o próprio docente visualize os recursos computacionais e de mídia como poderosos aliados na sua atividade.

O respeito à diversidade é o principal eixo da proposta deste trabalho, e não poderia ser diferente já que estamos falando do processo de construção do conhecimento. Assim, pretende-se desenvolver um curso de capacitação onde o principal elemento é a possibilidade de nos mantermos próximos a cada um dos participantes, num verdadeiro trabalho “corpo a corpo”, para que possa identificar dificuldades e potenciais em cada um dos participantes, além de criarmos uma relação de confiança com todos os cursistas, eliminando, mas respeitando, sempre que possível qualquer manifestação de constrangimento que prejudique o processo de interação e aprendizagem.

Por fim, pretende-se, ao longo da capacitação, mostrar que o próprio professor é o principal agente de sua própria capacitação, condicionando-o a perceber que pode se aprimorar constantemente, independente da presença de um tutor ou professor que centraliza as ações da aprendizagem. No decorrer das aulas, o docente terá a oportunidade de colaborar com outros colegas e discutir ideias sobre a introdução e a utilização da tecnologia no seu dia a dia e sua atuação na sala de aula.

Além de tentar preencher tais lacunas, também pretendemos discutir com os professores como eles podem associar tais recursos às disciplinas que ministram. Afinal, entendemos que não basta dominar o recurso tecnológico se não somos capazes de compreender como utilizá-lo na criação de atividades para os alunos. Acreditamos que, desta maneira, ele será capaz de identificar os limites e potencialidades das tecnologias e TIC's voltadas para a educação. A partir do momento em que o professor entender como pode explorar as mídias, em especial mídias computacionais, na sala de aula, acreditamos que não só seu trabalho terá uma outra dimensão, mas ele terá maiores condições para se tornar um agente provocador da aprendizagem, em contraposição à situação tradicional na escola como transmissor de conhecimento.

A proposta de trabalho “Contagiando todos: Mídias na sala do professor” surgiu diante da constatação de tais dificuldades. Foi oferecido um curso com encontros coletivos e atendimento individual aos docentes cursistas, criando um ambiente que fosse favorável à participação e à cooperação de todos os envolvidos, além de discutir várias possibilidades de aplicação de recursos de mídia nas aulas, como a exploração efetiva da pesquisa na Internet, o uso de vídeos educativos disponíveis em muitos sites ou canais de TV e de simuladores, além de softwares para a construção de atividades didáticas.

Não se trata, portanto, de uma capacitação que reduz o uso do computador a processos meramente operacionais, embora reconheçamos que será necessário fundamentar nossa ação em tais bases. Mas inovar sempre e dominá-los é etapa necessária para a construção de caminhos que facilitem seu uso, buscando estimular o professor a buscar sobre o porquê e para que utilizar essas tecnologias, apresentando os instrumentos tecnológicos como meios para desenvolver atividades significativas e refletir sobre diversos temas que fazem parte da prática docente.

REVISÃO DE LITERATURA

Ao pensar a informática na Escola, devemos pensar em duas questões fundamentais: socialização do conhecimento em informática entre os educadores das escolas públicas do município e a promoção do debate de uma concepção libertadora de Educação com contribuição da Informática, em favor da população excluída. (LEVY, 1994).

O computador não é apenas um instrumento de ensino. É uma ferramenta pela qual professores e alunos desenvolvem seus trabalhos (planejamento das atividades pedagógicas, elaboração de textos, consulta ao banco de dados, acesso a material didático das mais diversas variedades, comunicação com outras pessoas e entidades). Nesse sentido, facilita o processo de construção do conhecimento e funciona como um recurso potencializador da ação pedagógica. Além disso, pode ser também um importante instrumento de democratização e descentralização, pois amplia a circulação da informação e o controle sobre a mesma, permitindo uma rápida mobilização de todos.

Com isso, para a inclusão da informática no ambiente de trabalho do professor, o objeto de estudo é o próprio computador e um estudo sobre as relações entre o docente e a máquina. Isso significa que professores e alunos aprendem manejando, operando o instrumento. É, portanto, uma aprendizagem que implica basicamente nos seguintes elementos: o computador, o software, o professor e seus saberes. No entanto, implantar ingenuamente computadores nas escolas sem uma visão crítica e globalizada da educação e da sociedade é, no mínimo, uma idéia ilusória. Daí a necessidade de professores não se tornarem apenas usuários, mas compreenderem a utilização desse recurso a partir de uma visão crítica das novas tecnologias inseridas em todas as dimensões da vida moderna.

Uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil em 2010 e publicada em agosto de 2011 sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na Educação mostra como a tecnologia está sendo incorporada nos processos pedagógicos e aponta como um grande desafio para a integração das TIC's nas escolas a questão da capacitação dos professores no uso pedagógico de tais ferramentas. Na pesquisa, mais da

metade de professores relataram que os alunos sabem mais sobre novas tecnologias do que eles mesmos. Poucos, menos da metade dos profissionais rejeitam a tecnologia e o restante admite que não sabe o suficiente sobre computadores e internet para usar no trabalho. (FAGUNDES, 2006, p. 60). Com todas estas evidências, vemos a urgência da capacitação dos professores e o desafio que se coloca em capacitar os mesmos.

Os primeiros indícios da aplicação da informática na educação, no Brasil, datam a década de 70: foi a primeira ocasião em que o meio acadêmico brasileiro debateu o uso de computadores para o ensino de Física, em um seminário promovido pela Universidade Federal de São Carlos (MORAES, 1993). Dois anos mais tarde, na UFRJ, computadores começaram a ser utilizados em algumas disciplinas de química, em atividades de ensino e simulação. Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciou-se o desenvolvimento de ferramentas computacionais para a educação. Ainda na mesma década, o Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia da UFRGS (LEC), apoiado no arcabouço teórico de Piaget e Papert, desenvolveu experiências com crianças com dificuldade de leitura, escrita e matemática (MORAES, 1993; FAGUNDES & BASSO 2005, FAGUNDES, 2006). Lopes *et al* (LOPES, 2010), em um estudo encomendado pela Fundação Victor Civita e pelo IBOPE, fazem uma excelente revisão sobre o assunto, desde sua gênese nos anos 70 até os dias atuais.

Em função de todo o potencial a ser explorado do emprego de recursos computacionais em sala de aula, o governo, em suas diversas instâncias tem desenvolvido diversos programas ao longo dos anos cujo principal objetivo é a implantação efetiva de tais recursos na melhoria da qualidade da educação brasileira. Muitas escolas receberam salas informatizadas do Ministério da Educação, com *softwares livres* instalados nos computadores, e também quantias em dinheiro para adquirirem equipamentos eletrônicos como máquinas digitais, filmadoras, aparelhos de som etc. No cenário atual, talvez já não seja prudente falar sobre carência de recursos e equipamentos, entretanto, são raros os momentos de utilização dos mesmos. (Proinfo Integrado, Brasília, 2009)

De acordo com Martins & Giraffa (2008), o governo federal, através do programa PROINFO¹, realizaria investimentos na aquisição e implantação de cinco mil laboratórios de informática, tendo como meta a implantação de um laboratório em cada uma das 134 mil escolas públicas com mais de 50 alunos do país. Nota-se, portanto, que do ponto de vista da instrumentação e aparelhamento das escolas, os recursos parecem existir e as autoridades educacionais parecem reconhecer que a computação pode ser uma valiosa aliada para a evolução da qualidade de nossa educação. Demo (2002), entretanto, destaca que o problema principal de nosso quadro educacional passa pela recuperação da competência e da imagem do professor, cuja formação profissional é precária e com condições de aprimoramento e capacitação contínua inexistentes. Atualmente, o governo tem investido recursos no projeto “Um computador por aluno” / UCA ainda em fase de teste, cujo objetivo é o uso da informática como alavanca dos processos de ensino e aprendizagem. Ainda segundo os autores:

“A meta é distribuir laptops para alunos e professores das escolas públicas brasileiras, instigando as transformações pedagógicas em sala de aula na tentativa de distanciar-se do uso segmentar dos laboratórios de informática.” (MARTINS & GIRAFFA, 2008, p.11)

Entretanto, em concordância com os autores de tal estudo, somos impelidos a fazer um questionamento que consideramos fundamental em nossa discussão: será que o investimento na aquisição de tecnologia, por si só, é suficiente para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais rica e significativa? É óbvio que a existência do aporte financeiro para o desenvolvimento da educação brasileira é de suma e fundamental importância. Entretanto, o desenvolvimento de ambientes e softwares educacionais juntamente com a implantação de espaços informatizados não nos traz a garantia de melhora na qualidade da educação. Segundo os autores, no campo da educação não é possível comprar qualidade, só pode-se desenvolvê-la.

A falta de domínio de aparatos tecnológicos no ambiente de sala de aula, entre muitos professores dos níveis fundamental e médio, é um paradoxo frente ao fascínio que tais recursos exercem entre crianças e adolescentes, ou

¹ PROINFO: Programa Nacional de Informática na Educação

seja, o público que compõe, em sua maioria, o corpo discente de nossas escolas. É notório, por exemplo, a enorme carga de exposição diária a estímulos áudio visuais a que estão sujeitos tais alunos, seja por meio da televisão, dos vídeos games ou a própria Internet. Neste cenário, limitar-se ao emprego dos recursos didáticos da época de nossa formação enquanto docentes, como giz, lousa e apenas livros didáticos, parece no mínimo ser uma estratégia de ensino equivocada. Mais ainda, Segundo Moran (2008):

“Os alunos estão prontos para a multimídia, os professores, em geral, não. Os professores sentem cada vez mais claro o descompasso no domínio das tecnologias e, em geral, tentam segurar o máximo que podem, fazendo pequenas concessões, sem mudar o essencial. Creio que muitos professores têm medo de revelar sua dificuldade diante do aluno. Por isso e pelo hábito mantêm uma estrutura repressiva, controladora, repetidora. Os professores percebem que precisam mudar, mas não sabem bem como fazê-lo e não estão preparados para experimentar com segurança. Muitas instituições também exigem mudanças dos professores sem dar-lhes condições para que eles as efetuem. Frequentemente algumas organizações introduzem computadores, conectam as escolas com a Internet e esperam que só isso melhore os problemas do ensino. Os administradores se frustram ao ver que tanto esforço e dinheiro empatados não se traduzem em mudanças significativas nas aulas e nas atitudes do corpo docente.”

De fato, apesar de ser algo que *não deve ser considerado* como uma regra aplicável em todas as escolas, muitos de nós conhecem escolas onde há um laboratório de informática e mesmo conexão à internet, e o mesmo, ou é subutilizado, ou mesmo obsoleto. Vários são os fatores que contribuem para esse quadro: muitos professores, enraizados no seu método tradicional, que consideram eficiente, não acreditam na potencialidade dos recursos de mídia em sala de aula. Uma fração considerável acredita que suas aulas poderiam se tornar mais atrativas para os estudantes com o emprego de tais recursos, entretanto, reconhecem que não estão preparados para utilizá-los em sala de aula. E uma parte importante acredita que o problema está puramente no interesse dos alunos, e que não importa qual seja o recurso utilizado, não há mecanismo que faça muitos dos alunos de hoje em dia terem interesse pelo ensino. Vários, portanto, são os paradigmas a serem derrubados.

Acreditando na necessidade da derrubada de tais mitos, e de que os professores reflitam sobre o papel da tecnologia da informação e da comunicação na educação, o governo federal criou o portal

“www.webeduc.mec.gov.br”, aberto a toda a comunidade. O portal foi criado pela Secretaria de Educação à Distância (SEED), e contém muitos elementos interessantes para a utilização de mídias em sala de aula, como uma distribuição educacional do sistema operacional Linux, um portal de domínio público com um enorme acervo constituído por arquivos de texto, imagens, sons e vídeos (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>), um site para recursos da Internet disponíveis para a área de educação, com destaque para o famoso software *Hot Potatoes* (<http://webeduc.mec.gov.br/webquest/index.php>). O *Hot Potatoes* é um programa produzido pelo *CALL Laboratory Research and Development*, da Universidade de Victoria, no Canadá, que dispõe seis ferramentas de autoria de projetos educacionais de recursos multimídia. As ferramentas permitem a construção de exercícios variados, como por exemplo, palavras cruzadas, exercícios de múltipla escolha, associações entre colunas. Outro ponto relevante no tocante ao uso das ferramentas é a interatividade, uma vez que as atividades são criadas para uso no ambiente da *internet*.

O site, inclusive, traz considerações relevantes para a utilização de recursos multimídia, como os “blogs”. Destacamos o seguinte comentário, que mostra, por exemplo, como os blogs podem propiciar a desejada aproximação entre professores e alunos:

“Com o hábito de escrever e ter seu texto lido e comentado, não é preciso dizer que se cria um excelente canal de comunicação com os alunos, tantas vezes tão distantes. Além de trocar idéias com a turma, o que é um hábito extremamente saudável para a formação dos estudantes, no blog, o professor faz isso em um meio conhecido por eles, pois muitos costumam se comunicar por meio de seus blogs. Já pensou se eles puderem se comunicar com o seu professor dessa maneira? O professor “blogueiro” certamente se torna um ser mais próximo deles. Talvez, digital, o professor pareça até mais humano.” STAR.

Outra plataforma de desenvolvimento de recursos multimídia desenvolvida pela Secretaria de Educação à Distância é a Plataforma Rived (Rede Integrada Virtual de Educação), onde professores de diversas universidades brasileiras têm construído atividades multimídia para os ensinamentos fundamental, médio, profissionalizante e superior, em diferentes campos do conhecimento.

METODOLOGIA

Para a realização do projeto *Contagiando todos: Mídias na Sala do Professor*, foi escolhida uma escola a zona rural de São João Del Rei, levando em conta que o Plano Político Pedagógico em análise, se destina às escolas da rede municipal de São João del Rei. O objetivo é tentar realizar a capacitação em uma escola nova, onde os professores poderiam sentir liberdade para incorporar conhecimentos dos recursos de mídia no projeto político e pedagógico (PPP) da escola. Assim, ao invés de introduzir algo que quebraria com práticas tradicionais e enraizadas, acredita-se que seria mais fácil incorporar essa nova realidade à rotina do trabalho dos docentes, e à própria rotina de funcionamento da escola.

Nesta etapa, também foi realizada pesquisas de campo, referentes aos materiais existentes na escola e à periodicidade de uso pelos professores. Esta pesquisa mostrou um panorama geral do funcionamento da escola, fornecendo uma visão da realidade da informática aplicada à educação na escola. Ao final do processo foi aplicada uma ficha de avaliação que nortearia o aprimoramento do trabalho.

O primeiro passo no início dos trabalhos foi a coleta de dados na sede da Secretaria Municipal de Educação, como número de funcionários, alunos e quantitativo dos materiais tecnológicos existentes na escola. Segundo informação da diretora pedagógica, a escola possui atualmente 83 alunos do ensino fundamental, distribuídos da educação infantil ao 5º ano, seis professores regentes de turma, um professora que trabalha nas turmas de recuperação, um professor eventual, uma professora especializada em educação física, uma pedagoga, um diretor/coordenador e três auxiliares educacionais(cantineira/servente escolar).

Foi feita uma coleta de dados *in-loco*, onde verificou que a escola foi contemplada com uma sala de computação do PROINFO (Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional), fator primordial para a execução da nossa proposta, assim como de qualquer outro curso de capacitação para os docentes, e o mais importante: o próprio trabalho dos docentes com seus estudantes. Aplica-se um questionário para os profissionais

com o objetivo de obter informações para uma avaliação sobre o nível de conhecimento e interesse dos funcionários da escola, e a partir disso, a formalização de uma proposta de trabalho mais adequada à situação dos profissionais da escola. Além disso, pretendia-se identificar como os docentes entendem o conceito de mídia, e que recursos de mídia eles aplicam em suas aulas. Junto à pesquisa de campo, foi feito um levantamento dos materiais existentes na escola e a periodicidade de uso pelos docentes. Mais uma vez foi fundamentada a importância da aplicação deste projeto, que tem por objetivo trabalhar o uso do computador e da internet e demais tecnologia existentes na escola como ferramentas pedagógicas.

Assim sendo, a partir da análise das respostas fornecidas é que traçou-se um plano de ação para cada professor, levando em conta o seu conhecimento prévio sobre recursos de mídia, bem como suas dificuldades.

Desta forma foi pensada uma capacitação que fosse de encontro com este professor, que em geral, já participou de cursos convencionais ligados as novas tecnologias e por alguma razão não aplica os conhecimentos adquiridos na prática pedagógica. A proposta é acompanhar durante 5 meses estes profissionais nas suas atividades rotineira partindo das atividades simples, como digitar uma prova utilizando os facilitares das novas tecnologias e acompanhar individualmente este profissional para então partir para o coletivo com a troca de experiências.

Parte do tempo da capacitação foi destinada à organização e planejamento do acompanhamento dos professores, de acordo com sua própria disponibilidade de tempo, organizando uma agenda semanal de horários que incluía todas as atividades como módulos, recreio, elaboração de planos de aula, provas etc. Foi feito um calendário de todo o período de capacitação individual, incluindo as atividades de todos os módulos. Para as atividades a serem realizadas com os professores individualmente, foi preciso estabelecer um diagnóstico de suas limitações e potencialidades, e a partir de tal diagnóstico construir as condições necessárias para os seus estudos como, por exemplo, se ele precisaria aprender primeiro aspectos básicos como ligar o computador ou o manuseio de editores de texto simples, ou se já poderíamos iniciar as atividades como a apresentação de multimídias, criação de páginas para a Internet, blogs, pesquisa por ferramentas de simulação on-line

existentes na Internet e suas aplicações, uso e tratamento de vídeos educacionais etc.

O organograma abaixo descreve a organização das atividades da construção e execução do curso de capacitação para os professores:

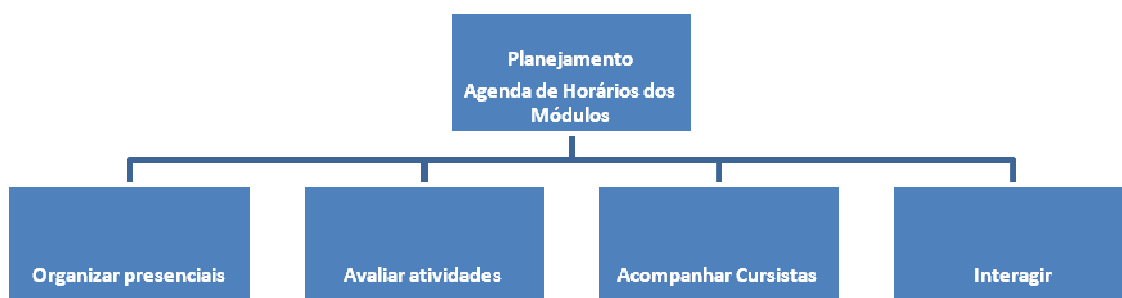


Figura 1: organograma utilizado para ilustrar as etapas das atividades realizadas, sendo elaborado pela autora do presente trabalho.

Os encontros foram organizados através dos seguintes passos:

- Acompanhar, junto ao diretor da escola, o espaço reservado para a realização dos encontros coletivos e individuais, informando com antecedência aos cursistas;
- Confirmar se o espaço está adequado para receber os professores, se está limpo, se possui lugares suficientes e se tem os materiais necessários para a realização das atividades;
- Chegar com antecedência e sair por último, para receber os participantes e verificar se de fato está tudo adequado para o início das aulas e para sanar as dúvidas ao final.

Tentou-se, o tanto quanto possível, tornar o contato com o cursista uma constante, para que ele não se sentisse sozinho e desmotivado ao longo da capacitação. Para isso, procurou-se utilizar os meios de comunicação

disponíveis e relacionados ao tema central da capacitação, como os e-mails dos cursistas, a criação de um blog e as contas das redes sociais utilizadas com mais frequência pelos cursistas. Nota-se ser necessário conhecer as limitações dos profissionais, assim como as potencialidades de modo a orientá-los no uso das TIC's, mas enfatiza-se que o curso individual não tinha a pretensão de esgotar o tema das novas tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, mas apenas ser um primeiro passo para que os docentes tomasse contato com tais recursos, refletindo sobre as possibilidades que eles trazem e como integrá-los e adaptá-los ao seu trabalho diário. Além disso, pretendemos que o cursista também seja capaz de identificar objeções nos recursos tecnológicos, de tal maneira que consiga desenvolver seu senso crítico para a aplicação, e o aplique posteriormente. Portanto, pretendia que o curso não tivesse caráter meramente instrumental e informativo, mas sim, que ele fosse formativo, no sentido de que o docente aprendesse como aplicar, efetivamente, recursos de mídia em sua prática pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não se pretende, nesta seção, apresentar resultados que representem um marco na utilização das mídias em sala de aula. Mais importante do que tais resultados, é a discussão sobre qual é, de fato, o quadro atual da relação professor-computador-mídias em uma fração considerável das escolas de São João Del Rei, e então, a partir de tal análise, construir uma reflexão sobre quais devem ser os primeiros passos na introdução de recursos de mídia em nossas salas de aula.

A gestão democrática está pautada na idéia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços que possam garantir a integralidade da atenção aos segmentos que se pretende seguir com este trabalho. Assim é possível observar diferentes formas de manifestação entre todos da escola e preconiza-se um avanço para se organizarem redes intersetoriais com o objetivo de otimizar as ações das políticas públicas básicas para o atendimento do educando.

As primeiras discussões com os professores que participaram do trabalho apontaram que, em sua quase totalidade, não possuíam habilidades essenciais no manuseio de computadores, como, por exemplo, o manuseio de editores de texto de maneira eficaz. A Internet era vista por eles unicamente como meio de entretenimento e comunicação com amigos, sendo rara sua utilização na busca de material para enriquecimento das aulas. Assim, percebe-se, desde o início dos trabalhos, a necessidade premente da capacitação constante dos professores, considerando-se o nível de habilidades que possuam com o computador e a internet.

O primeiro passo, portanto, foi tentar fazer com que os professores participantes adquirissem habilidades não com recursos de mídia, mas com editores de texto para tarefas básicas, como confecção e formatação de planos de aula, fichas com o nome dos alunos para controle do material escolar fixadas no escaninho da sala de aula, ou bilhetes a serem escritos para os

pais. Por mais elementar que pareça ser realizar tais operações em um computador, todas eram realizadas no mimeógrafo da escola, o que evidencia grande parte da dificuldade dos cursistas em lidar com mídias e computadores. As primeiras reações eram nitidamente de desânimo e até mesmo constrangimento. Notou-se, portanto, a necessidade de se criar um ambiente favorável à livre manifestação e daí, à aprendizagem. Para tanto, cada encontro foi iniciado com uma dinâmica de grupo, com o objetivo de levar os participantes a não se preocupar em demasia com suas dificuldades e aumentar a auto-estima e a confiança de cada um em sua capacidade, assim como no trabalho do grupo. Fica nítido que a situação é muito parecida com o que se deve tentar construir em nossas salas de aula: somente criando um ambiente de proximidade e confiança entre os alunos e o professor é possível tornar nossas aulas propícias à aprendizagem. Dentro da disponibilidade de tempo que tinha, tentou-se realizar um trabalho “corpo a corpo” com cada cursista, procurando não somente levantar dificuldades e obstáculos, mas principalmente, tentando demonstrar apoio total durante a realização da capacitação, e como uma nova postura poderia ser benéfica na sua atuação docente.

Um fator que é da maior relevância na capacitação de docentes é o tempo destinado à capacitação, afinal, é óbvio que há uma grande variabilidade de tempo na fixação de ideias e conceitos de indivíduo para indivíduo. Além disso, o grau de interesse do cursista parece depender diretamente da possibilidade que ele tem de apresentar suas dúvidas: muitas foram as situações em que os questionamentos foram trazidos após o final dos encontros, uma vez que o tempo do encontro não havia sido suficiente para atender a todos. O que era para ser uma dificuldade acabou por se tornar uma oportunidade de introduzir um recurso interessante na comunicação entre alunos e professores: a criação de um blog para uma disciplina. Um recurso que é completamente atemporal, podendo ser utilizado pelos envolvidos a qualquer momento do dia, seja para manifestação de dúvidas, solução de exercícios, discussões de textos ou simplesmente um encontro informal (desde, obviamente, que todos possuam uma conexão à Internet).

Apesar dos cursistas gostarem da nova ferramenta e enxergarem potencial para que fosse aplicada com sucesso em suas aulas, não teve avanço significativo na construção do blog em um primeiro momento, uma vez que as habilidades básicas no uso de computadores e da própria internet ainda necessitavam de um trabalho mais intenso. Percebi que, se insistisse na ideia da construção do blog mesmo diante da dificuldade dos cursistas e também de algumas manifestações de desinteresse (possivelmente fruto de tais dificuldades), correria o risco de desmotivar os participantes para as demais atividades da capacitação: a atividade iria requerer um melhor planejamento e mais tempo para ser executada com qualidade. Martins & Giraffa (2008) alertam para o risco de criar uma capacitação de cunho meramente informativo, o que, segundo os autores, é muito comum ocorrer em cursos onde o tempo de trabalho é muito pequeno. De acordo com os autores:

“Quanto menor a carga horária mais informativo torna-se o curso. Cursos com uma característica informativa tendem a repassar os conteúdos de forma rápida e mecânica como em um treinamento. (...) Capacitações com ênfase informativa tendem trazer como teoria de aprendizagem subjacente a crença de que o cursista é capaz de receber as informações transmitidas e armazená-las para serem utilizadas posteriormente na prática.” (MARTINS & GIRAFFA, 2008, p. 156).

Isso explica porque, em muitas ocasiões, não observamos, nas salas de aula, os resultados que eram esperados a partir dos cursos de capacitação realizados pelos docentes. De fato, tais capacitações não permitem que o docente reflita sobre as vantagens e desvantagens da aplicação dos recursos em sua prática pedagógica ou sobre as possibilidades de aplicação do uso de tais ferramentas. Ainda segundo Martins & Giraffa (2008), em crítica a tais capacitações e o que ocorre durante sua execução, destacamos:

“A essência no momento é guardar na memória ou nos apontamentos as instruções necessárias para produzir um ambiente de aprendizagem favorável com sua turma. É como se o docente cursista adquirisse o ferramental informativo, o depositasse em uma poupança para ser utilizado em momentos futuros, como descrito na pedagogia bancária de Paulo Freire.” (MARTINS & GIRAFFA, 2008, p. 136).

Outro aspecto importante observado durante os encontros foi a criação de uma atmosfera de colaboração entre os docentes participantes. Ao longo do contato com os cursistas, quase todos apresentaram relatos onde era nítida a

falta de colaboração entre colegas nos cursos de capacitação anteriores, o que, via de regra, era provocado pelo constrangimento em razão das próprias dificuldades. A aplicação das dinâmicas de grupo e o trabalho individual com cada cursista fez com que todos comesçassem a perceber a importância não somente de participar, tomar parte deste processo de aprendizagem, mas, principalmente, colaborar, dentro das suas possibilidades, para o avanço dos colegas. Assim, se inicialmente havia um distanciamento entre os participantes, e então cada um precisava ser tratado individualmente, com o passar dos encontros foi possível perceber a formação de uma equipe de trabalho, que foi se acostumando a trocar experiências e aprendizados. Sem dúvida, essa é uma das metas que mais procuramos atingir desde o início das atividades, uma vez que, como os cursistas não terão o acompanhamento contínuo de um tutor, precisam buscar recursos ao se deparar com novos obstáculos, existentes em qualquer etapa de um processo de aprendizagem: os próprios colegas docentes perceberam então a importância da colaboração dentro do grupo, o que pode parecer trivial, mas que normalmente não ocorre em função do já citado constrangimento.

Ainda nesta fase, intencionalmente, procura-se desenvolver atividades com editores de texto, planilhas e programas para criação de apresentações trabalhando em duas frentes: na primeira, refletindo sobre algum tema relativo ao conteúdo que é lecionado pelo professor. O objetivo era discutir como introduzir as ferramentas de mídia nos nossos planos de curso. Em outras palavras, ao invés de simplesmente pensar *o que podemos fazer com tais recursos de mídia*, pretendia-se discutir *como utilizar tais recursos em nossas disciplinas*. Assim, sugeri um tema relativo à área de atuação de cada docente, para que o mesmo procurasse pesquisar e preparar uma aula utilizando todos os recursos de mídia que conhecesse e que achasse que pudessem enriquecer sua aula, por mais simples ou tradicionais que fossem. Na segunda frente, o objetivo era tentar mostrar como a Internet pode nos oferecer muito mais do que entretenimento, e, principalmente, discutir como selecionar conteúdos da Internet para nossas aulas. Durante estas atividades, fizemos o possível para minimizar a comunicação entre os cursistas, na tentativa de fazer com que os mesmos fossem forçados a buscar na Internet soluções para seus

problemas, por menores que fossem: desde problemas relativos à formatação de um texto ou de uma apresentação até chegarmos à parte da seleção do material. A ideia é mostrar que, em muitos casos, a presença de um tutor que os guia neste processo pode ser dispensável. Importa, sim, conhecer como encontrar as informações que vão de encontro às nossas necessidades. Como exemplo, apresenta um texto relativo à área de formação de cada docente, com inúmeros problemas de formatação. Pedi aos cursistas que identificassem o maior número de problemas possível, e, na sequência, indicamos que tentassem buscar nos *sites* de busca a solução para cada um dos problemas, utilizando suas próprias expressões de busca. Apesar dos diferentes tempos de resposta, já nas primeiras buscas os cursistas começaram a perceber que boa parte das respostas podem ser encontradas com facilidade na própria Internet. Então, pedi que tentassem corrigir todos os textos, e a partir das novas versões, construísem uma apresentação de slides versando sobre o tema de cada texto. Desta forma, abri caminho para que os cursistas percebessem como tentar buscar parte do material de trabalho para as aulas na Internet, por meio de textos, filmes (em sites da área de educação ou em sites como o próprio www.youtube.com) ou animações de computador.

De maneira geral, os cursistas se mostraram muito satisfeitos com as novas possibilidades que passavam a enxergar, mas, no final do encontro, questionados sobre como poderiam utilizar tais recursos, particularmente vídeos, caso não houvesse conexão à internet na escola. Ao invés de fazer isso se tornar uma frustração, propus uma atividade a ser apresentada no encontro seguinte, em que os cursistas deveriam buscar a resposta para tal problema: como extrair vídeos da Internet e salvá-los em um formato adequado para serem assistidos na televisão. Se possível cada cursista deveria encontrar um vídeo relacionado à sua área de formação e anotar o *link* para o vídeo. Na sequência, tentar encontrar algum recurso que permitisse extrair o vídeo da Internet e salvá-lo no seu próprio computador.

Caso não encontrassem solução, no encontro seguinte apresentar-se-ia a solução, e faria atividades práticas onde os docentes poderiam tomar contato

com tal recurso, utilizando, para isso, o *link* do vídeo encontrado por cada um deles.

Nem todos os cursistas conseguiram descobrir os recursos para a extração de vídeos, porém, o objetivo mais importante era fazer com que percebessem que ao buscar um vídeo sobre o tema que quisessem encontrariam um número muito grande de vídeos relacionados, mostrando assim, novamente, a riqueza do material que podemos ter disponível em nossas aulas. Todos os docentes trouxeram pelo menos cinco endereços eletrônicos, e a partir deste momento, percebeu-se um aumento considerável na pesquisa de material didático na Internet. Além disso, posteriormente, fizemos um pequeno seminário sobre a utilização de um editor de vídeos disponível no próprio sistema operacional *Windows*, o *Windows Movie Maker*.

- Com isto toda a escola se beneficiou com trabalhos bem elaborados, os alunos logo perceberam a mudança e se entusiasmaram junto com os professores. Com o uso das novas tecnologias agora sobra tempo para os professores trocarem idéias, e se socializarem na hora do recreio e nos tempos livres, já na hora dos módulos (reuniões pedagógicas) ficaram mais leves com o trabalho no computador a correção dos erros de ortografia, diagramação ficaram mais rápidas e fáceis não necessitando de fazer uma matriz novamente para mimeografar atividade por atividade, também no computador e mais rápida a impressão das atividades, bem como, provas, planos de aula e outros são feitas na impressora a laser economizando tempo e papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho é uma tentativa, ainda que modesta, a partir de uma gestão democrática de identificar alguns fatores limitantes ao emprego das tecnologias de informação e comunicação, não somente no ambiente da sala de aula, mas também como um conjunto de ferramentas de valor essencial, e, em muitos casos, de baixo custo, para o próprio processo de formação e educação continuada do docente.

Por meio de um estudo de caso, realizado em uma pequena (e recém-criada) escola, que dá início também a uma gestão democrática que emerge como um instrumento de articulação e como um meio de fazer valer os preceitos legais. Esse processo coloca ao alcance do atendimento educacional as possibilidades de serem contempladas as necessidades prioritárias. O desafio da gestão participativa consiste em identificar objetivos comuns e persegui-los mediante um núcleo estratégico de planejamento e definição de prioridades para ações conjuntas.

Por isso realizamos uma entrevista por meio de um questionário onde diversas questões a respeito do uso de recursos de mídia foram feitas, não somente para a identificação de virtudes e problemas dos trabalhos de capacitação já realizados, mas principalmente com o intuito de se elaborar um roteiro que possa apontar para um caminho a ser seguido nas próximas oficinas de capacitação de docentes que vierem a ser realizadas na região. As conclusões, possivelmente, não são novas, e exatamente por isso não podem ser consideradas sem importância, uma vez que *podem* refletir a ocorrência de erros sistemáticos, comuns à maioria dos processos de capacitação de docentes, mas que, se corrigidos, podem trazer uma grande melhora no aproveitamento de tais cursos por parte dos docentes, com consequência direta para uma melhora no processo ensino-aprendizagem.

Em um cenário onde, pelo menos em tese, os recursos para a implantação de ferramentas de mídia têm sido fornecidos pelas esferas

administrativas da educação, um dos pontos que mais chama a atenção, mesmo que em uma amostra relativamente pequena de profissionais da educação, é a constatação em sua quase unanimidade de que as oficinas de capacitação de professores apresentam problemas na sua concepção, por apresentarem um projeto de ensino massificante, que não leva em consideração as dificuldades e as potencialidades individuais de cada professor. Desta forma, chegamos a uma conclusão que, apesar de parecer óbvia, é motivo de bastante preocupação: não basta a abundância de ferramentas de mídia educacionais e a existência dos cursos de capacitação para os docentes, se tais cursos não forem concebidos para diferentes grupos de docentes, com diferentes conhecimentos sobre os recursos de mídia e suas potencialidades em sala de aula. Se, enquanto docentes, temos sido reeducados para levar em conta a individualidade de nossos alunos e os conhecimentos que eles já possuem em função de sua própria realidade, enquanto educandos, participantes de um processo de formação continuada, a situação destoa o ideal, e a realidade dos docentes não tem sido levada em conta, gerando não somente o desperdício de dinheiro público em tais investimentos, mas criando uma frustração nos docentes que já possuem uma certa capacitação, por pouco ou nada aprenderem além do que já sabem, e nos docentes cuja capacitação é bem menor, que se sentem constrangidos em comparação aos primeiros ou frustrados por não conseguirem acompanhar o ritmo do curso. Portanto, parece fundamental que, antes de se ministrar um curso de capacitação em mídias para professores, que se conheça melhor o público alvo, até mesmo em função de sua inegável heterogeneidade. Falta, portanto, aquilo que em muitos momentos nos falta em nossa prática docente: ouvir melhor nossos alunos e ter clareza de onde partimos, para termos maior clareza de onde podemos chegar a um determinado intervalo de tempo. Outro problema comum que foi constatado no trabalho é uma melhor definição do que é um recurso de mídia, de que maneira seu potencial pode vir a ser explorado em sala de aula, e como selecionar diferentes materiais que podemos encontrar na rede mundial de computadores para diferentes finalidades em sala de aula. Ao se falar mídias, há um equívoco quase geral em associar a palavra à Internet, e não aos meios pelos quais a informação pode ser levada até o aluno. A televisão é pouco explorada, mesmo existindo

uma boa programação em canais como a “TV Escola”, ou a “TV Futura”, que são canais de livre acesso, até mesmo na Internet. Recursos computacionais simples, como softwares de desenho livre que poderiam auxiliar na geometria, por exemplo (tais como o *Paint Brush*, do *Windows*), em geral não são explorados. E exatamente por serem tão simples, não só no acesso, como na própria manipulação, poderiam ser muito úteis. Páginas como o “www.youtube.com” são, no geral, apenas conhecidas como ferramentas de entretenimento e curiosidades, sendo seu potencial didático pouco conhecido ou inexplorado. Na ausência da Internet na escola, foi constatado que nenhum docente saberia como retirar um vídeo interessante do site em sua própria casa, e então levá-lo para sala de aula e apresentá-lo com os recursos de mídia que a escola viesse a possuir. Ferramentas como as simulações computacionais, presentes em inúmeras páginas e que mostram de maneira concreta muitos conceitos, que discutiríamos de maneira apenas abstrata com os estudantes em sala de aula, são completamente desconhecidos. E mesmo o uso de ferramentas de busca na Internet, como o Google, é feito de maneira pouco eficaz, pois, em geral, apesar de quase todos os professores que têm acesso saberem utilizar o referido site, têm pouca habilidade na seleção de material que pode ser realmente proveitoso em suas aulas. A criação de *blogs* para a constante troca de informações e debates com os alunos tem sido pouco explorada, mesmo sendo este um espaço onde os adolescentes gostam de interagir, em função de sua similaridade com as redes sociais. De uma maneira geral, as discussões apontam para um problema que ocorre nas oficinas de capacitação, considerada pelos professores como tendo pouco caráter prático, havendo, repetindo palavras de um dos entrevistados, “muita discussão, e pouca ação”.

REFERÊNCIAS

- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores associados, 2002.
- FAGUNDES, L. C. Recursos e Oportunidades para o desenvolvimento da inteligência. **Revista Pedagógica**, v. 10, p. 59-61, Porto Alegre, 2006.
- FAGUNDES, L. C., BASSO, M. V. Mídias digitais, sistemas de conceitos e aprendizagem em Matemática. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 13, n. 2, p. 42-52, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª Ed., Paz e Terra, São Paulo, 1997.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 31ª Ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.
- LEVY, P. **As tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na Era da Informática**. (trad) Carlos Irineu da Costa. 1 ed. 3 reimpressão. Rio de Janeiro: ed 34, 1994.
- LOPES, R. D., MARTINAZZO, A. A. G., CORRÊA, A. G. D., YIN, H. T., BIAZON, L., C., VENANCIO, V., **O uso dos computadores e da internet nas escolas públicas das capitais brasileiras**. Relatório Final, Fundação Victor Civita e Ibope, São Paulo, 2009.
- MARTINS, C. A., GIRAFFA, L. M. Formação do docente imigrante digital para atuar com nativos digitais no Ensino Fundamental. **Anais do VIII Encontro Nacional de Educação**, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/132_220.pdf. Acesso em: 12/11/2012.
- MORAES, M. **Seminário de ensino de Física**. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/843_/755>. Acesso em: 10/02/2012.
- MORAN, J. M. **A integração das tecnologias na Educação**, 2008. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm>>. Acesso em 08/02/2012.
- _____. **A Educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/textost.htm>>. Acesso em 28/09/2011.
- STAR, Betina Von. Sete Motivos Para Um Professor Criar Um Blog, s.d. disponível em: http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=636. Acesso em: 05/05/2013

Anexo A – Modelo dos questionários aplicados:

- Ficha diagnóstica
- Ficha de Avaliação dos Encontros
- Projeto Político Pedagógico

CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
Cursista: Cleunice Márcia da Silveira

Ficha Diagnostico

Identificação do questionário: nº _____

Identificação do Professor(a): _____

Data: ___/___/2011

1-Você já fez algum curso de informática?

Sim

Não

2-Se sim, as informações adquiridas o ajudaram nas tarefas do cotidiano?

3-Você já realizou algum projeto com seus alunos, com os conhecimentos que obteve no curso?

Sim Não

4-Seu plano de aula foi modificado, com a inserção de novos recursos informatizados?

Sim Não

5- Sua escola possui sala de informática?

Sim Não

6-Você a utiliza? Justifique sua resposta?

Sim Não

Justifique _____

7-Você gostaria de fazer um curso de informática intensivo caso o Governo Federal ofereça?

Sim Não

CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
Cursista: Cleunice Márcia da Silveira

Ficha de Avaliação dos Encontros

Prezado(a) Participante,

Para aprimoramento do nosso trabalho solicito o preenchimento desta ficha no final dos nossos encontros. É assegurado o tratamento confidencial das suas respostas.

Participante/Município(preenchimento facultativo, caso queira se identificar)

_____ / _____

Avalie os itens abaixo, utilizando os conceitos: Ótimo/ Bom/ Regular

Itens	Avaliação
Compreensão do conteúdo transmitido	
Importância do conteúdo para a vida profissional	
Domínio do assunto pela coordenadora	
Capacidade de comunicação da coordenadora	
Envolvimento pessoal nas atividades do encontro	
Envolvimento do grupo nas atividades do encontro	
Responsabilidade pelo trabalho executado	
Organização da coorde para realização do encontro, quanto ao local e material	

Pontos Positivos:

Pontos negativos:

O que pode melhorar para futuros encontros (sugestões):



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

ANDREA CRISTINA RIBEIRO

CLEUNICE MARCIA DA SILVEIRA

DULCINÉIA DE CARVALHO DORNELAS PEREIRA

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL
AFONSO**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL
AFONSO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2013

Há escolas que são gaiolas e há escolas
que são asas. Escolas que são gaiolas
existem para que os pássaros
desaprendam a arte do vôo. Pássaros
engaiolados são pássaros sob controle.
Engaiolados, o seu dono pode levá-los
para onde quiser. Pássaros engaiolados
sempre têm um dono. Deixaram de ser
pássaros. Porque a essência dos
pássaros é o vôo. Escolas que são asas
não amam pássaros engaiolados. O que
elas amam são pássaros em vôo. Existem
para dar aos pássaros coragem para
voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem
fazer, porque o vôo já nasce dentro dos
pássaros. O vôo não pode ser ensinado.
Só pode ser encorajado.

Rubem Alves (2007)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Finalidades da Educação	7
3. Estrutura Organizacional	11
3.1 Estrutura Administrativa	11
3.2. Estrutura Pedagógica	12
4. Currículo	15
5. Tempo e Espaços Escolares	19
6. Processo de Decisão	19
7. Relações de Trabalho	21
8. Avaliação	25
9. Considerações Finais	27
10. Referencias Bibliográficas.....	32

1- INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Miguel Afonso tem sua sede na Rua Santa Cruz, 50 em Cajuru no município de São João Del- Rei – MG.

A idéia de nuclear as escolas rurais para a sede do distrito e a extensão até o 9º ano surgiu desde 2001, mas não sendo possível sua viabilização devido a uma série de questões.

Depois de muita espera, o projeto torna-se realidade e a Escola inaugurou no dia 01 de março de 2004, sob a direção municipal do Sr. Nivaldo José de Andrade e a frente da Secretaria Municipal de Educação o Sr. Delço José de Oliveira.

Denominou-se Escola Municipal Miguel Afonso, em homenagem a um padre local, o qual dedicou sua vida em função da comunidade, o referido nome foi sugestão da própria comunidade, acelerando aquilo que já era intenção da Secretaria Municipal de Educação. Já existia no local um prédio começado pelo Padre Raimundo Dilermano Afonso com 190 m² e 60 cm.

Este prédio foi reformado e ampliado em 2004 para melhor atender a clientela ficando com uma área construída de 364 m² e 84 cm.

Tal prédio foi cedido à prefeitura pela Assistência Social das Damas Salesianas pertencentes a diocese de São João del-Rei em comodato por um período de 6 anos. A escola atende desde então, no referido prédio, a uma clientela variada oriunda da zona rural do município, iniciando com a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental.

A partir de 2010 ocorreram ampliações e melhoramentos no espaço físico da Escola como:

- * Construção de quatro salas sendo: uma biblioteca, uma sala de computação, uma secretaria, um cantinho de leitura e um banheiro para os funcionários.
- * Construção de um muro frontal e a colocação de um portão eletrônico, visando a melhoria o conforto e segurança dos discentes, docentes e funcionários.

A elaboração do PPP precedeu a formação de uma comissão composta por membros da comunidade escolar: direção, professores, pais, alunos e representantes do setor administrativo da escola constituída com o objetivo de elaborar o projeto da escola com vistas a servir de norte das ações pedagógicas. Foram feitos vários estudos da comunidade escolar interna e externa que ajudou a definir entre outras coisas: o perfil do público atendido, o perfil dos professores, a filosofia e ideias relativas à concepção de escola, educação, e demais aspectos importantes para uma boa análise, que contribuisse com dados para a elaboração deste Projeto Político Pedagógico.

O projeto político pedagógico se constitui enquanto eixo orientador do trabalho do corpo docente, permeando todos os projetos e ações da escola. É um instrumento de extrema importância para que a escola possa alcançar uma educação de qualidade. Como defende Oliveira (2000) “o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento”.

Então pensando nesta perspectiva da construção do Projeto Político Pedagógico para o desenvolvimento da escola, precisamos considerar que as ações dentro do ambiente da escola, não se dão do dia para a noite. Os processos são demorados e demandam tempo. A dinâmica escolar é complexa e toda e qualquer ação requer espaço e tempo. Assim não foi diferente com a elaboração do Projeto Pedagógico. Foi um processo longo e assim precisa ser, para que a escola seja pensada e analisada com critérios e profundas reflexões.

Outro aspecto importante é que todos os membros da comunidade escolar foram convidados e incentivados a participar desta elaboração. Nesta construção a família deve garantir sua participação, pois, assim poderá acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos e verificar de perto o efetivo resultado das propostas de trabalho. Verificamos um bom envolvimento das famílias neste processo de elaboração do PPP. Como nos adverte AZEVEDO a seguir:

É inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática sendo denominado Projeto Político Pedagógico. AZEVEDO (2000)

O grande desafio é que na prática muitas vezes a exigência é demais e somos levados a cobrar e a dar respostas rápidas, soluções imediatas para os problemas cotidianos da escola. Os gestores tentam formalizar as ações democráticas, criando espaços de reuniões, convidando a comunidade a participar das decisões, mas realizar realmente a democracia na gestão escolar não é muito fácil.

“A gestão democrática das escolas públicas é um avanço a ser perseguido e como todo processo cheio de desafios conforme nos adverte” SILVA (2007):

A construção da gestão democrática exige que aprofundemos, cada vez mais, nossas reflexões e nossos fundamentos sobre a participação, seus significados, suas dimensões e suas características. Como gestor na escola ou no sistema de ensino, você sabe dos grandes desafios que precisam ser enfrentados de modo a viabilizar a participação dos diferentes segmentos na organização da escola processo educacional brasileiro. (Silva 2007)

Na prática a gestão escolar democrática precisa rever seus parâmetros e pensar numa gestão mais participativa. Fazer esta reflexão sobre os processos de decisões no âmbito da escola significa estar disposta a criar oportunidades para que as decisões sejam realmente coletivas. O dia-a-dia escolar é muito dinâmico e no afã de resolver todos os problemas às vezes não se percebe o quanto são solitárias as decisões. O gestor deve questionar o tempo todo se as ações que ele toma são suficientes para aprofundar a participação ou se são apenas pro forma, para dar uma satisfação à comunidade. Sem estas reflexões acerca do processo cotidiano do tomada de decisões fica difícil conseguirmos mudar a realidade posta, que concentra todas as decisões na figura do gestor escolar.

2-FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Propor uma filosofia para a escola Municipal Miguel Afonso que coadune com a realidade brasileira neste complexo momento nacional é tarefa extremamente, desafiadora merecendo, para tal, muito estudo, discussão, análise e reflexão conjunta.

Temos a considerar que embora o futuro possa nos parecer nebuloso num país onde a educação não é prioritária, configurando, assim, a existência de muitas crianças ainda fora da escola, do alto índice de evasão e repetência, do crescente número de desemprego e dos desvios da força do trabalho infantil gerando a exploração da mão-de-obra do menor e sua conseqüente exclusão da escola, dentre os inúmeros problemas do Brasil, ousamos, coletivamente, pontuar questões que nos obrigam a refletir sobre o tipo de cidadãos e de sociedade que pretendemos formar.

Assim sendo, baseando-se no art.211 da Constituição Federal, no plano Decenal de Educação para Todos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, fica patenteado que, as responsabilidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental recaem, mais incisivamente, sobre a esfera municipal.

Neste contexto, não se dá para tratar de filosofia da educação sem contemplar os sujeitos envolvidos na ação educativa: o sujeito - professor e o sujeito - alunos inseridos como sujeitos históricos na sociedade atual. O sujeito – professor, vemos como profissional que domina e constrói um saber técnico, científico, acadêmico, teórico, prático e que além das investigações feitas em sala de aula e fora dela, deve estar muito bem informado sobre questões culturais, trabalhistas, econômicas e políticas sem perder de vista a sua função como intelectual. Entende-se com intelectual “Alguém dotado de faculdades para representar, organizar e articular mensagens, visões da realidade, atitudes, filosofias e opiniões de, assim como para, um determinado público.”(Said,1994,p.11)

Adotamos o princípio gramsciano do intelectual contra-hegemônico: aquele que se compromete, efetivamente, com as classes e grupos sociais mais desprivilegiados, procurando, através de suas práticas libertadoras, justificar e facilitar sua dominação e opressão visando construir um saber transformador. Em consequência, buscando formar um aluno que atenda às exigências sociais do novo milênio. Para tanto, ele deve receber uma formação escolar que o conscientize dos seus direitos e deveres como cidadão, participando da realidade social onde está inserido, comprometendo-se com os valores éticos, morais e culturais, estando assim, permanentemente solidário com o seu próximo e com os destinos do seu grupo social. Também, enfatizamos na formação para a cidadania o desenvolvimento do espírito crítico, questionador e de sua criatividade, como também, o respeito e o entendimento das questões ligadas ao meio ambiente.

De acordo com Paulo Freire, o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da sociedade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la.

Nestes termos, ao aluno da rede municipal é dada a oportunidade de interagir seus conhecimentos prévios aos conhecimentos oficiais permitindo-lhe a reconstrução de um saber próprio, alicerçado sempre pela função primordial da escola: aprendizagem do conhecimento científico.

Consideramos como outro ponto fundamental para o desenvolvimento do cidadão-aluno o despertar do senso estético: o gosto pelas artes, a sensibilidade pelo belo, o desabrochar da criatividade.

Nessa perspectiva, compete ao professor da rede municipal assumir seu papel de agente educativo-transformador comprometido técnica e politicamente com o ensino de qualidade, devendo, para tal, participar de todas as oportunidades possíveis de capacitação profissional, fazendo resgate da “autoridade”, aqui entendida como responsabilidade, compromisso.

“De um lado é preciso uma práxis, uma ação sobre o outro, mas para que o ato educativo tenha efeito essa ação deve ser superada pela ação do outro. É a dialética da autoridade e da liberdade. Sem essa dialética não há educação. Toda pedagogia que tentar suprimir um dos pólos da relação, cedo ou tarde fracassará.”(Gadotti,p.101)

A realidade à qual a escola está inserida é muito complexa. Diariamente nos deparamos com desafios. A reflexão da prática docente precisa ser uma constante para que o cotidiano escolar não seja contaminado pelo pessimismo contido em muitas falas, ficando sua eficiência prejudicada. Acreditar que a escola tem um papel primordial no desenvolvimento das sociedades e pensar num fazer pedagógico diferenciado é o caminho para alcançar a melhoria nos processos educacionais de maneira geral. Também é preciso considerar que é através dela que o indivíduo pode vislumbrar a amplitude dos seus direitos, tendo mais condições de brigar por eles e também ter clareza do seu papel na construção de uma vivência melhor. Como nos diz DOURADO (2009), “é fundamental ressaltar que a educação articula as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas.”

Considerando então a educação enquanto direito de todos e dever do estado é necessário refletir a escola de forma ampla e consciente para que através destas reflexões sejam criadas praticas mais eficientes que oportunizem a todos os estudantes melhorar suas condições de acesso ao conhecimento, à cultura, a uma vida com mais qualidade. Afinal a responsabilidade social da educação é muito grande. Como nos diz CURY:

[...] a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.(CURY, 2002)

O Projeto Político Pedagógico estruturado é essencial e pode ajudar muito na efetivação de uma escola de qualidade, mas independente dele o cotidiano escolar deve ser rico, cheio de controvérsias, discussões, análises e reflexões, principalmente com muita preocupação com relação às propostas de trabalho que viabilizem o desenvolvimento de todos os alunos.

Sabemos que as desigualdades sociais veem se acumulando no Brasil ao longo da História. O capitalismo brasileiro pela via do estado (de cima para baixo) impõe à sociedade sucessivas políticas econômicas, concentrações de renda gerando consequências como a desigualdade perversa, condenando à miséria milhões de brasileiros.

A partir da década de 1990, diante das transformações e com a difusão tecnológica, alteraram substancialmente as relações entre os seres humanos e exacerbaram o quadro de exclusão social. A certeza de que a valorização do indivíduo passa pela sua escolarização e pela oportunidade de obter conhecimento, aumentando assim suas possibilidades, vai ganhar espaço no mundo e vai passar a orientar algumas políticas que vão priorizar a educação e esta ganhará novas perspectivas no âmbito das políticas públicas de ensino e também no fazer pedagógico diário das escolas.

Pensando neste sentido pode-se afirmar que o grupo docente da escola está envolvido no processo de valorização e elevação da eficiência do ensino que oferecem aos seus alunos. Através dos momentos de estudos proporcionados pelo tempo pedagógico a equipe pedagógica tem se mostrado interessada e focada numa prática mais reflexiva, na preocupação e no interesse de formar pessoas críticas, mostrando aos alunos novas possibilidades de vida, resgatando-os com cidadania para uma visão mais crítica e autônoma da vida e da sociedade ao qual ele está inserido.

Assim elegemos também como objetivos a serem alcançados no trabalho diário, o resgate da auto-estima dos estudantes como item essencial para uma aprendizagem significativa. Proporcionar ao aluno o acesso à cultura, priorizando o seu desenvolvimento cognitivo amplo. Além disto, investir no seu desenvolvimento social, ressaltando aspectos da convivência humana, ajudando-o a adotar atitudes de solidariedade e participação cidadã. Também priorizamos a valorização da história local, a tradição, as experiências e a bagagem cultural e familiar da comunidade escolar. Em suma, pretendemos trabalhar o aluno procurando torná-lo um cidadão autônomo, participativo, responsável, solidário e feliz.

Contudo, é uma tarefa para toda a equipe pedagógica garantir as condições objetivas para o acesso, bem como a permanência dessa criança na escola. Ao lado do princípio de “universalização” tem de ser colocado o da “equidade”, ou seja, a democratização das oportunidades educacionais.

3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Miguel Afonso, localizada no distrito de São Miguel do Cajuru, município de São João del-Rei, atende alunos da Educação Infantil I e II (4 e 5 anos) e alunos do 1º ao 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental. Conforme Portaria de Autorização de Funcionamento nº- 565/2005.

O órgão responsável por essa Instituição de Ensino é a Secretaria Municipal de Educação de São João del – Rei, MG. Atualmente a escola atende 200 alunos no total, sendo 19 da Educação Infantil e 181 do Ensino Fundamental, nos turnos manhã e tarde.

A escola é dirigida por 01(uma) diretora, 01(uma) vice-diretora e 01(uma) pedagoga e (01) uma orientadora, realizando um trabalho voltado para a realidade dos alunos com o apoio de 01(um) professor da Educação Infantil I e II, 1 (um) professor recuperador, 06 (seis) professores do 1º ao 5º ano (anos iniciais) do Ensino Fundamental, 09(nove) professores do 6º ao 9º ano (anos finais), (02) dois professores recuperadores dos anos finais do Ensino Fundamental, 01(um) professor de Educação Física, 06(seis) auxiliares educacionais, 01(um) auxiliar de biblioteca, 01 (uma) Secretária.

O prédio onde funciona a Escola Miguel é um espaço cedido onde conta com sete salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria, um laboratório de informática, uma sala para atender à Direção, Supervisão e Orientação, dois banheiros femininos e um e um mictório para os alunos, um cantinho de leitura, uma cozinha com despensa, um refeitório, dois banheiros para professores e funcionários.

Por ser um prédio adaptado os espaços físicos não atendem a demanda da Escola, pois as salas de aula são minúsculas, não existe sala para os professores, a secretaria não comporta os arquivos existentes, a sala da Direção, Supervisão e Orientação também não atende o espaço necessário

para o funcionamento, pois é muito pequena para acomodar os arquivos e funcionários. A cozinha e o refeitório se encontram no mesmo ambiente que além de ser um espaço pequeno tem o teto rebaixado fazendo com que não haja ventilação necessária, colocando em risco as pessoas que trabalham e freqüentam o local.

Enfim, a Escola Padre Miguel necessita urgentemente de melhorias na sua rede física para atender com dignidade seu corpo discente , docente e funcionário, o que sem dúvida refletirá na melhoria do atendimento ao nosso alunado.

3.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A Escola atende prioritariamente as crianças na faixa etária correspondente a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental de nove anos.

O compromisso com a educação de qualidade exige o comprometimento efetivo com as classes e grupos menos privilegiados, procurando através de práticas libertadoras construir um saber transformador, que atenda as exigências sociais.

Assim o trabalho deve-se pautar no sentido de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, participantes da realidade social onde estão inseridos, comprometidos com os valores éticos, morais, culturais solidarizando-se com o próximo e com o destino do seu grupo social.

Enfatizamos a formação para a cidadania, o desenvolvimento do espírito crítico, o respeito e entendimento das questões do meio ambiente e o despertar do senso estético.

Essas expectativas devem ser compartilhadas e discutidas entre os envolvidos no processo educacional vindo a construir-se no detonador chave do projeto coletivo.

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio: nas interações

que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas, com meio que as circunda, de acordo com as fases de seu crescimento e desenvolvimento.

A melhoria da qualidade de ensino, o acesso e a permanência do aluno na Educação Infantil e no Ensino Fundamental foram a tônica da nucleação das escolas rurais do distrito de São Miguel do Cajuru para a sede do mesmo. Juntamente, com a criação da Fase dos anos finais do Ensino fundamental tornou-se viável uma escola onde extinguisse o ensino multisseriado e as viagens diárias até a sede de município pelos alunos que estão concluindo o Ensino Fundamental.

Foi uma democratização do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental com ênfase numa educação de qualidade para todos.

A Escola ministra a educação básica composta de:

I - Educação Infantil

II - Ensino Fundamental Completo (1º ao 9º ano)

A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico (motor), psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil não tem o objetivo de promoção.

A Educação Infantil deve estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

Utilizar diferentes linguagens (corporal, música, plástica, oral e escrita), ajustadas às diferentes intenções e situações de comunidade, de forma a compreender e ser compreendida, expressar suas ideias e sentimentos, necessidades e desejos e ao mesmo tempo avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

O Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, abrange a faixa etária à partir de seis anos, conforme legislação vigente.

O Ensino Fundamental, em por objetivo a formação básica do cidadão, mediando o desenvolvimento de capacidade e aprendizagem, conhecimento, habilidade, atitudes e valores.

Na área cognitiva são objetivos específicos:

- I- Ampliar conhecimentos que sejam úteis nas situações de vida real;
- II- Trabalhar com vistas ao desenvolvimento da capacidade crítica;
- III- Planejar, em conjunto, atividades que facilitem a produtividade e o desenvolvimento dos alunos;
- IV- Avaliar os valores envolvidos nas linhas de ação.

Na área afetiva são objetivos específicos:

- I- Respeitar os colegas;
- II- Tratar com respeito a pessoa humana;
- III- Fazer críticas construtivas ao trabalho do outro;
- IV- Trabalhar em equipe visando a formação de uma comunidade educativa;

- V- Avaliar o próprio conhecimento identificando-o com os objetivos determinados;
- VI- Vivenciar situações de vida democrática;
- VII- Acatar o Regimento desta Escola.

4- CURRÍCULO

A Escola Municipal Miguel Afonso tem a finalidade de socializar, propiciando o desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente.

Na organização das turmas de Educação Infantil, são observadas as disposições que favoreçam o processo de ensino/aprendizagem.

O planejamento curricular deverá enfatizar todos os aspectos do desenvolvimento infantil, de modo a promover a aquisição de conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades necessárias à integração e a compreensão das relações sociais e culturais.

No desenvolvimento do currículo são considerados o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, do Ministério da Educação e Cultura, o programa de Educação Pré-escolar da Secretaria de Estado da Educação.

O Currículo do Ensino Fundamental é organizado de acordo com as normas legais vigentes orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e devem abranger, obrigatoriamente, os estudos da Língua Portuguesa e Matemática, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política.

O currículo do Ensino Fundamental terá uma Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

- A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a Base Nacional comum, propiciando à escola a introdução de projetos e atividades do interesse de sua comunidade, como sexualidade, drogas, meio ambiente, autoestima, etc...

E para melhor desenvolver esses trabalhos os professores reúnem com frequência e procuram conhecer os conteúdos trabalhados no ano anterior, os pré-requisitos, planejando as atividades de forma cooperativa, através de trocas de experiências, e de idéias em grupo de estudo.

As matérias e os conteúdos específicos que compõem o currículo de cada ano, bem como as disposições necessárias ao seu relacionamento, estão determinados nas legislações vigentes relacionadas abaixo:

- A cultura Afro-Brasileira e Indígena será desenvolvida através de temas transversais dentro do conteúdo de História, Artes, Língua Portuguesa de acordo com a Lei Federal nº11.645 de 10/03/2008.

- De acordo com a Lei nº 3826 de 03/03/2004, a Educação Patrimonial será desenvolvida nos conteúdos de Geografia, História e Arte, numa proposta multidisciplinar.
- Educação Física: ministrado por professor especializado.
- De acordo com a Lei Municipal nº 4.234 de 22/09/2008, o estudo sobre dependência química será desenvolvido através de atividades pedagógicas interdisciplinares nas disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências e Arte.
- Educação Ambiental será desenvolvida nos anos iniciais (1º ao 5º ano) como conteúdo da Parte Diversificada e nos anos finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental em atividades interdisciplinares e nas disciplinas de Ciências e Geografia.
- A disciplina de Geometria será ministrada nos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental como Disciplina da Parte Diversificada do Currículo.
- Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e dos Adolescentes serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa e nas demais disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas, atendendo a Resolução SEE nº 1307, de 27 de março de 2009 e a Lei Municipal nº 4615/2011.
- Conforme a Lei Municipal nº 4.614 de 28/06/2011, será incluído no currículo, o estudo do tema transversal: Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos.
- De acordo com a Lei Municipal nº 4.618 de 19/06/2011, será desenvolvido de forma transversal, o estudo da Educação no Trânsito.
- Em cumprimento à Lei nº 11.769/08 de 18/08/2011, o ensino da Música será ministrado ao lado das outras manifestações culturais, dentro do conteúdo de Artes.

O plano curricular desenvolvido é elaborado e reformulado, quando necessário, pelo pessoal envolvido no processo:

- I- Equipe pedagógica;
- II- Professor.

Um aspecto importante a ser considerado sobre o planejamento curricular é que Independentemente das definições mais amplas acerca do conhecimento a ser trabalhado, só no contato com os alunos a equipe pedagógica poderá conferir mais concretamente as suas decisões.

Os documentos adquirem sentido no contexto de interações que se constrói na sala de aula.

Daí a importância de se discutir coletivamente a forma de abordar os conteúdos, um projeto emancipatório de educação vai exigir acordos a esse respeito entre professores. Propomos que os componentes curriculares sejam trabalhados através de atividades construídas respeitando a faixa etária de cada aluno, como:

- em cuja realização os alunos tenham papel ativo;
- que coloquem os alunos diante de desafios, de situações problemas, de ideias novas, de questões a examinar, de contextos diversos;
- que possibilitem o trabalho interativo: debates, discussões em pequenos grupos, produções coletivas.
- que levem em conta os conhecimentos e competências atuais dos alunos, permitindo que avancem na direção de níveis mais elevados, a partir de ações desenvolvidas com orientação do professor, dos colegas e/ou outros;
- que envolvam aspectos de realidade que exigem esforços de compreensão dos alunos em relação aos mesmos.

A escolha do currículo sempre é uma tarefa bem complexa. Nas últimas décadas temos vivenciado muitas críticas aos currículos escolares e algumas propostas passaram a fazer parte do universo escolar, na tentativa de melhorar a prática educacional. Exemplo disso foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pelo governo federal, que teve como princípio orientar professores chamando a atenção para a necessidade da mudança nos currículos, uma vez que o desenvolvimento da sociedade, colocava como necessário a formação de cidadãos participativos e críticos. A proposta dos PCN's orienta a construção de um currículo básico que tenha transversalidade

nos temas e conteúdos trabalhados em sala de aula pelos professores levando em consideração a necessidade da construção da cidadania.

O currículo precisa refletir a vida cotidiana dos alunos permeando pelos conteúdos básicos necessários ao desenvolvimento cognitivo e intelectual dos mesmos. A construção do conhecimento pode ser proporcionada por um currículo amplo que dialogue com a realidade dos alunos, mas que não se perca e tenha parâmetros científicos que garantirão um desenvolvimento assentado em bases firmes e coesas e que acima de tudo proporcione ao estudante uma reflexão crítica e participativa do meio ao qual ele está inserido.

5-TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

É observado na organização do tempo escolar o mínimo de 200(duzentos) dias letivos e de 800 horas anuais.

O Ensino Fundamental, na Escola Municipal Miguel Afonso, terá a duração de nove anos, organizando-se em Ciclo de Alfabetização e 4º ao 9º ano de escolaridade.

As classes serão organizadas de acordo com critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, resguardadas as determinações legais vigentes.

Entende-se por conteúdo específico aqueles que tiverem avaliação própria e/ou carga horária individualizada no plano curricular estabelecido anualmente e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e Superintendência Regional de Ensino (SRE) e Colegiado Escolar da escola.

O Calendário Escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, conjugando os interesses dos diversos grupos da comunidade escolar.

Na elaboração do Calendário Escolar são observadas as determinações legais.

Consideram-se como dias letivos aqueles em que são, oficialmente, ministradas aulas ou atividades integrantes do currículo, especificadas no

Calendário Escolar e em que se registre a frequência dos alunos, independentemente do local onde se realizem.

As aulas previstas no Calendário Escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações imprevistas que justifiquem tal medida, ficando sujeitas à compensação do dia letivo e da carga horária correspondente com comunicação imediata à Secretaria Municipal de Educação.

A enturmação de alunos segue o seguinte critério: Turmas heterogêneas, atendendo alunos de todas as faixas etárias. Os alunos novatos são enturmados com os alunos repetentes, ocorrendo uma melhor integração e socialização através da troca de conhecimentos e respeito mútuo.

A possibilidade de incorporar o tempo integral para o aluno na escola, ainda não está em discussão na escola. Mas é necessário levar em consideração a discussão que tem sido posta já há alguns anos sobre a escola integral. E nesta perspectiva cabe ressaltar que a escola precisa estar preparada para esta realidade, tão diversa da que temos na maioria das escolas atuais. Conforme CAVALIERE (2007) a instituição precisa ter condições de receber os alunos no tempo integral para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão.

Com relação ao planejamento dos professores: o planejamento é naturalmente realizado nos tempos pedagógicos que o professor tem dentro da escola. É feito um horário prevendo que os professores que trabalhem num mesmo ciclo ou numa mesma área de formação se encontrem neste tempo pedagógico, entre si e com a pedagoga para realizar os planejamentos e análises necessárias do processo. O planejamento não é coletivo, mas as trocas de experiências sempre acontecem e é bastante propícia para garantia de um melhor processo de aprendizado.

O tempo pedagógico do professor deve ser respeitado e distribuído de forma a reunir profissionais da mesma área do conhecimento para que estes possam trocar suas experiências enriquecendo desta forma sua prática pedagógica. Também se faz necessário para a garantia do tempo de estudo e preparo das aulas. Este tempo não pode ser utilizado de outra forma, porque neste caso o prejuízo ao planejamento do trabalho do professor pode ser enorme.

Um terço da carga horária do professor dentro da escola deve ser reservado para o planejamento pedagógico. A organização deste tempo fica a critério da pedagoga juntamente com o professor que definirá as ações coletivas e individuais deste momento. Cabe à gestão escolar garantir este tempo na medida em que acredita na sua eficácia e importância para maximizar os resultados a serem alcançados com o alunado.

Como nos adverte SILVA:

Pensar o planejamento em educação na perspectiva da gestão democrática da educação implica em redefinir sua função e sua forma de desenvolvimento e organização, na perspectiva do planejamento participativo.(SILVA 2007)

A organização do tempo pedagógico e sua funcionalidade são de responsabilidade da gestão escolar que juntamente com sua equipe pedagógica deve contribuir para o seu bom funcionamento adequando e direcionamento as ações para que juntos busquem a excelência dos processos formativos, avaliativos dos alunos.

6-PROCESSO DE DECISÃO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (1996), baseada no princípio do direito universal à educação para todos, traz definições significativas que contribuíram muito para novos paradigmas na educação básica. Dentre elas em seu artigo 14 dispõe sobre a gestão democrática do ensino público prevendo a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola, em conselhos escolares, entre outros.

A gestão democrática da educação acontece quando novas mudanças e novos paradigmas passam a estruturar a educação (BORDIGNON, GRACINDO ,s/d-2004,p.147). A atuação ativa dos membros da comunidade escolar, participando da organização e deliberando juntamente com o gestor é o caminho para a construção da nova gestão.

Administrar uma escola na perspectiva da gestão democrática é um desafio porque durante muito tempo a centralização do poder na figura do diretor prevaleceu em muitas redes de ensino. Faz-se necessário a

conscientização da comunidade escolar, da importância do seu papel na organização e nas decisões de cunho pedagógico e financeiro, viabilizando e possibilitando o desenvolvimento da gestão democrática.

O Projeto Político Pedagógico é construído com o coletivo de professores, pedagogos, pais, alunos e direção de forma bastante participativa.

O perfil profissional daqueles que vão dinamizar a proposta pedagógica é que garante ou não o seu êxito.

É importante, até mesmo, imprescindível:

- aceitar o Plano Pedagógico como desafio;
- ter disposição para estudar e trabalhar em equipe;
- desejar integrar;
- investir na busca de alternativas de ensino;
- ter clareza do papel de educador como problematizador.
- estabelecer um clima de parceria e comprometimento com o sucesso do aluno;
- estar sempre aberto à reflexão sobre a própria prática, a socialização de seus avanços e dificuldades com a equipe pedagógica, tendo em vista a consolidação de um projeto educativo e coletivo.

A gestão pedagógica deve acontecer de maneira participativa e autônoma com bastante afinidade com a direção da escola. As questões como pauta para reuniões entre outros, na medida da necessidade cotidiana escolar, são definidas juntamente pedagogos e direção, Há uma participação muito importante das pedagogas no dia-a-dia, organizando substituição de professores, quando necessário, fazendo atendimento às famílias dos alunos. Também contribuem com o acompanhamento contínuo do processo de ensino aprendizagem, dando assistência aos professores, instruindo e estando junto nas avaliações sistêmicas entre outros.

Podemos dizer que há mecanismos de participação da comunidade escolar. A escola possui um Conselho Escolar, composto por direção, professores, pais, alunos e funcionários do quadro administrativo. Ainda não é uma instância que decide muita coisa na escola, mas penso que estamos melhorando e criando oportunidades de maior participação na medida em que estamos convocando

reuniões com mais frequência e levando vários assuntos para serem decididos nos encontros.

Com relação aos problemas surgidos constantemente no ambiente escolar, podemos dizer que são assim administrados:

- Com relação à metodologia de ensino adotada na escola: A discussão é feita com o grupo de professores que trabalham ou vão trabalhar com um mesmo ciclo de formação juntamente com os pedagogos e aí então é decidido a metodologia de trabalho.
- Com relação ao calendário escolar: o calendário escolar é discutido com a participação de todos os professores, pedagogos, direção e funcionários do quadro administrativo. Primeiramente é apresentado e disponibilizado para o grupo as orientações vindas da secretaria de educação sobre o calendário do ano seguinte. Aí é aberto para quem quiser propor o calendário. A direção também faz uma proposta de calendário. Depois o grupo se reúne para apresentar as propostas de calendário. E decide qual é mais viável coletivamente. Após escolhido internamente, e feito a escolha do calendário, aí é convocada uma assembleia escolar com toda a comunidade para apresentação do calendário, que ainda pode sofrer alguma alteração se for sugerida por pais ou responsáveis por alunos.
- Com relação aos problemas referentes à disciplina tanto de alunos como de funcionários: são primeiramente resolvidos dentro da própria sala de aula com o professor, que é o que tem contato primeiro com o aluno. Quando a conversa com o professor não está resolvendo a situação, aí é encaminhado à disciplinaria(o) e/ou pedagoga. Estes tem autonomia para chamar a família, dar ocorrência. Quando o caso chega ao pedagogo, será analisada a conduta de aprendizagem deste aluno (se faz as atividades em sala, se faz os para casas, etc.). Se o caso de indisciplina é recorrente aí a direção da escola pode intervir e tomar providências mais sérias,

como levar a situação ao conhecimento do conselho tutelar, entre outras.

- Com relação à participação dos pais: são os pedagogos que, mais constantemente, convocam os pais para reuniões, entregas de resultados, ou para falar do aproveitamento e ou disciplina dos filhos. A direção convoca a família quando é uma assembleia, ou para participar de alguma comemoração, ou festa que a escola promova. Quando há apresentações dos alunos, principalmente dos menores, a família comparece mais quando é convidada.

A escola possui ótimos profissionais, engajados, participativos e faz um bom trabalho promovendo eventos com o apoio da comunidade escolar.

A relação professor-aluno é ser no sentido de ampliar o conhecimento do discente, tendo em vista os fatos e acontecimentos da realidade social.

Concluindo, todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer. Por exemplo, o respeito ao pensamento do outro e às opiniões divergentes, a valorização da troca de ideias, a posição reflexiva diante de informações.

O processo de escolha do diretor escolar é feito da forma mais democrática possível. É realizado um processo de escolha onde participam os professores, funcionários do administrativo da escola, alunos acima de 11 anos e pais.

Os recursos financeiros que chegam a escola através de programas do governo Federal e da Prefeitura são devidamente utilizando com participação do Conselho Escolar..

Contamos também com a contribuição espontânea dos pais, onde ocorre uma contribuição mensal, quantia que os pais estipulam o valor a ser doado.

A caixa escolar conta com outros recursos financeiros como: Atividades festivas (festa junina), venda de merenda como assados e saladas de frutas na hora do recreio

7-RELAÇÕES DE TRABALHO

Como defende GONÇALVES E CARMO(2001) “na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional”. É primordial que todos os membros da comunidade escolar saiba a importância do seu papel no desenvolvimento do processo de ensino –aprendizagem dos alunos. Em geral é necessário o trabalho de todos na tarefa de educar.

É necessário criar na escola um ambiente propício para as boas relações interpessoais onde o diálogo seja privilegiado.

As famílias devem estar presentes constantemente na escola e deve ser uma obrigação do gestor criar momentos para que a comunidade participe das atividades e das decisões no âmbito escolar.

Os mecanismos de participação da comunidade escolar precisam ser valorizados garantindo assim a gestão democrática.

A escola possui um Conselho Escolar, composto por direção, professores, pais, alunos e funcionários do quadro administrativo. Ainda não é uma instância que decide muita coisa na escola, mas penso que está dado o primeiro passo criando oportunidades de maior participação na medida em que as reuniões são convocadas com mais frequência e sendo levando vários assuntos para serem decididos nos encontros.

Outro aspecto importante é que os profissionais precisam ter formação continuada e adotar na sua prática a reflexão constante como ponto de partida para as mudanças quando for necessário e ter garantido seu tempo pedagógico, tão importante para o bom funcionamento do processo ensino-aprendizagem.

Com relação aos alunos, ao ingressar na escola, através da ficha de matrícula deve ser anexado uma ficha descritiva sobre a situação do aluno (saúde psicológica e física, familiar, etc...) para que esta informação esteja à disposição da direção, pedagogos e professores e assim facilitar a relação professor/aluno/aprendizagem.

Em geral a Escola promove eventos com o apoio da comunidade escolar.

A relação professor-aluno deve ser no sentido de ampliar o conhecimento do discente, tendo em vista os fatos e acontecimentos da realidade social.

Todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer. Por exemplo, o respeito ao pensamento do outro e às opiniões divergentes, a valorização da troca de ideias, a posição reflexiva diante de informações.

Os profissionais da escola são avaliados pela secretaria de educação do município. Esta avaliação acontece prevista no plano de carreira do servidor e a periodicidade dela é de dois anos, tendo a escola liberdade para avaliar anualmente ou quando considerar pertinente sua equipe de profissionais. A avaliação prevista no plano de carreira é realizada com todos os servidores efetivos concursados da rede municipal de educação.

Os servidores contratados não fazem a avaliação juntamente com os servidores efetivos. Estes são avaliados pela gestão escolar conforme lhe convier.

Aqueles servidores efetivos que ainda se encontram em estágio probatório, conforme determina a legislação municipal, fazem uma avaliação diferenciada a cada 6 meses de trabalho, contabilizando num prazo de 3 anos, determinado legalmente, um total de 6 avaliações de estágio probatório.

A escola municipal está diretamente sob controle e administração da secretaria de educação do município que a orienta e para a qual, a escola deve entregar as prestações de contas, as propostas pedagógicas entre outros documentos necessários e condizentes com o funcionamento escolar.

O clima de trabalho deve ser amistoso criando ambiente satisfatório para a boa convivência, o respeito mútuo e a formação dos valores éticos como amizade, diálogo, responsabilidade, cooperação entre outros.

A gestão democrática precisa ser consciente do seu papel de articulador do processo, das ações e também cooperador, adotando uma postura de cautela mas de bastante responsabilidade para com todos. Toda a equipe deve ter pela gestão o respeito e apressos necessários para um bom relacionamento e boa convivência respeitando-se reciprocamente.

8-AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança e do adolescente, sem objetivo de promoção.

A avaliação não terá a finalidade de promover. Ela deve ser contínua, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultado de um trabalho intencional do professor. Deverá se constituir em instrumento para reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades, e como forma para acompanhar o desenvolvimento de cada criança, colocando-os em prática.

No Ensino Fundamental a avaliação da aprendizagem é compatível com a organização curricular tendo as seguintes características:

- * Contínua e processual.
- * Dinâmica e participativa.
- * Diagnóstica, investigadora e formativa.

Essa avaliação exige clareza dos objetivos a atingir, relações de confiança e respeito mútuo, a existência de efetivo interesse e investimento no desenvolvimento dos alunos.

Cada ação avaliada implicará em decisões sobre a continuidade ou não dos trabalhos: retornar, prosseguir, complementar, agrupar, reagrupar, investir em determinados pontos, etc.

Professores e alunos tendo clareza dos objetivos e dos resultados obtidos nas atividades escolares realizadas, planejando alternativas para suprir as falhas diagnosticadas em relação ao cumprimento dos objetivos.

A avaliação do trabalho escolar precisa especialmente acompanhar o desenvolvimento do aluno e o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar fica sob a responsabilidade do corpo docente e supervisor pedagógico.

Na avaliação contínua do trabalho escolar do aluno, observa-se a preponderância dos aspectos qualitativos, possibilitando a verificação:

- I- Da adequação dos currículos e a necessidade de sua reformulação;
- II- Da validade dos recursos didáticos adotados;
- III- Da necessidade de se adotarem medidas de um trabalho diferenciado com os alunos que apresentarem dificuldades no processo ensino-aprendizagem.
- IV- Dos aspectos a serem reformulados no planejamento escolar reorientando novas estratégias para o alcance das habilidades básicas

O processo de avaliação deve medir de preferência a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

Na avaliação devem participar todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de avaliação serão utilizados (teste, provas, trabalhos individuais, observações, pesquisas entre outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

No Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º Ano), utiliza-se uma ficha como registro -Ficha de Acompanhamento com descritores no Diário de Classe, no 3º Ano os alunos que não vencerem os objetivos propostos para o Ciclo ficarão retidos, até atingirem os objetivos propostos, conforme determinado no Decreto Municipal 428/2011.

Do 4º(quarto) ao 9º (nono) ano do Ensino Fundamental será adotado o sistema de pontos cumulativos. Onde o somatório dos pontos será bimestral com os seguintes valores:

- * 1º bimestre _ 20 pontos
- * 2º bimestre _ 20 pontos
- * 3º bimestre _ 30 pontos
- * 4º bimestre _ 30 pontos

Para promoção do aluno, para o ano seguinte será necessária a obtenção de 60% dos pontos distribuídos.

Quando o aluno não obtiver a pontuação mínima exigida em cada bimestre, será dada uma nova oportunidade, onde o professor paralelamente ao seu trabalho deve rever o conteúdo e aplica novamente outra avaliação do conteúdo.

Podemos prever algumas ações importantes no processo avaliativo:

- Estratégias de Recuperação: Ao final de cada bimestre, o professor faz um recuperação do conteúdo com os alunos retomando o mesmo de maneira diferenciada e no final deste é aplicada uma nova avaliação no valor total do bimestre. O conteúdo é toda a matéria estudada.
- Atendimento diferenciado aos alunos: a escola tem o apoio: de 2 (dois) professores recuperadores que atuam com os alunos do 6º ao 9º ano com dificuldade de aprendizagem. 1 (um) professor atua na área de Matemática e o outro na área de Língua Português. Do 1º ao 5º ano contamos com 1 (um) professor recuperador e com a colaboração do professor eventual.
- Reclassificação de alunos: Os alunos com bom desempenho, que não obtiveram 75% de frequência terão direito à provas de todos os conteúdos e se obtiverem o mínimo de 60% poderão ser posicionados no ano posterior, com todas as provas arquivadas na pasta individual dos alunos.
- Atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais (PNEE): A avaliação do aluno com Necessidades Educacionais Especiais será subsidiada pelas informações contidas em seu relatório e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). A duração das etapas da Educação Especial não deverá ultrapassar 50% o tempo escolar previsto para o ensino regular.

- Articulação e integração dos profissionais da escola: A escola convoca os professores uma vez por mês para uma prática pedagógica, tendo como objetivo ressaltar as atividades escolares desenvolvidas.
- Participação dos processos decisórios da escola: - Gestão escolar: A direção da escola é responsável pelos processos decisórios da escola, incluindo sua organização, supervisão, direção e controle de todas as atividades no âmbito escolar.
- Forma de comunicação com os pais: O resultado é apresentado aos pais, bimestralmente, através de Boletim para os alunos do 4º ao 9º ano e Ficha de Acompanhamento para o Ciclo de Alfabetização. A escola busca integrar com os pais, também, através de avisos em reuniões, festas e oficinas interativas.
- Processo de integração escola-comunidade: A escola tem como objetivo envolver a comunidade no processo educativo através de palestras, oficinas, gincanas, festas e trabalhos voluntários.
- Avaliação interna e externa: A avaliação acontece em consonância com as avaliações sistêmicas, conforme determinações da Secretaria de Estado da Educação.
- Avaliação de desempenho: Esta avaliação está prevista no Estatuto do Magistério. A escola possui uma comissão que avalia os funcionários sempre com o objetivo de melhorar, através de críticas construtivas, o nosso espaço de trabalho tanto físico quanto pedagógico, podendo assim proporcionar um melhor atendimento aos alunos.

9- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto deverá ser um processo dinâmico que proporcionará mudanças de postura em todo grupo docente. Também será o eixo norteador de todas as ações da equipe escolar. Deverá ser realizada constantemente uma avaliação dos objetivos e metas propostas, porque o processo não pode ser considerado acabado, sendo reconstruído continuamente.

Significa neste momento uma somatória de trabalho compensador numa união de esforços, ideias, críticas, estudos, avaliação, busca de ações que venham contribuir sobremaneira com a melhoria da qualidade da educação na instituição e respaldo para um trabalho sério, crítico e que busque a eficiência acima de tudo.

Também por este importante instrumento de trabalho a equipe se pautará para elaborar e rever, se for o caso, o Regimento Escolar Interno e o Plano de Desenvolvimento da Escola. A excelência dos projetos desenvolvidos deverá ter como base as instruções aqui colocadas e defendidas. O dinamismo do projeto determinará uma reformulação nos procedimentos Político Pedagógico da Escola a serviço de um melhor e mais efetivo funcionamento do todo.

REFERÊNCIAS:

AGUILAR, L. E. A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

ARROYO, M. Paixão de aprender: Escola, conhecimento e cidadania. Porto Alegre, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Presidência da República. Brasília: Disponível em: . Acesso em: 10 de maio 2013.

BRASIL. Lei nº.11. 645, de 10 de março de 2008. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL Projeto de Lei Nº 8.035 de dezembro de 2010, aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências.

BONDIOLI, A. Dos indicadores às condições do projeto educativo. In:

BONDIOLI, A. CHAUI, M. H. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 2003

CONAE - Conferência Nacional de Educação. - Documento Final da Conferência Nacional de Educação: Documento Final da CONAE - LDB dez

anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.288-309.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DOURADO, L.F, OLIVEIRA, J.F. **A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios.** Campinas.vol.29.2009.caed.cedes Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.

GONÇALVES, J.S., CARMO, R.S. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Belém: UNAMA. 2001

HELLER, A. Para mudar a vida. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Coleção Lições de Minas. Escola Sagarana: Educação para a vida com dignidade e esperança. v II. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: ago 2001.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Sistema de ação pedagógica - Dicionário do professor: Educação inclusiva. Belo Horizonte: 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2010). Documento Final da Conferência Nacional de Educação. Brasília: Disponível em: . Acesso em: 10 de maio 2013.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS. Dourado, Luiz Fernandes (Org.). Editora UFG; Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020) - PL nº 8.035/2010: PROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE – 2011/2020) - Páginas: 11 a 71. De acordo com a Lei n 3826 de 03 03 2004 <http://iau-comm4.jpl.nasa.gov/plan-eph-data/odyrange2004.html> Acesso em 10 de maio de 2013.

SÃO JOÃO DEL REI. Decreto Nº 45.403 de junho de 2010. Regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Minas Gerais

SILVA, M.S.P. da Organização do trabalho escolar e as políticas educacionais no limiar do século XXI. In: CICILLINI, G.A. NOGUEIRA, S.V. (orgs) Educação escolar. Políticas, saberes e práticas. Uberlândia: EDUFU, 2002

